
Oficinas em Colégios Ocupados: relato e reflexão da prática educomunicativa¹

Paulo Otavio Siqueira²
Gustavo Schmid Queiroz³
Universidade Federal do Paraná

Resumo

A Medida Provisória 746 e a Proposta de Emenda Constitucional 241 de 2016 geraram revolta em alunos de Colégios Estaduais por todo Brasil. No Paraná, mais de 800 escolas foram ocupadas por alunos. O Núcleo de Comunicação e Educação Popular da Universidade Federal do Paraná, projeto de extensão que desenvolve atividades de educomunicação, foi convidado para promover oficinas aos estudantes ocupantes. Este trabalho, ao relatar a experiência das atividades realizadas nestes espaços, tem como objetivo criar marcos iniciais de análise da prática educomunicativa inserida em manifestações sociais e estudantis. As primeiras observações indicaram que as ações promoveram: a reflexão sobre o próprio movimento, a apropriação das tecnologias, a divulgação de uma nova linguagem e um novo ponto de vista narrativo e o uso da comunicação como ferramenta potencializadora do protagonismo juvenil.

Palavras chave: educomunicação; manifestação social; ocupação; educação; juventude.

1. Introdução

O Núcleo de Comunicação e Educação Popular (NCEP) é um núcleo de extensão do departamento de comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e tem enfoque em atividades de educomunicação e comunicação popular. Um dos objetivos do núcleo é fomentar o protagonismo juvenil e a participação comunitária por meio do uso de ferramentas midiáticas. Para tanto, frente ao contexto político do Brasil no ano de 2016, o projeto esteve presente nos movimentos de ocupação dos colégios públicos, ministrando oficinas aos ocupantes. Esses jovens, unidos dentro do espaço da escola, decidiram de forma autônoma pela resistência frente à Medida Provisória 746 e à Proposta de Emenda Constitucional 241, proposta pelo governo Temer, que definem um novo quadro de investimento e reestrutura o sistema educacional para o Ensino Médio no país.

Como forma de protesto, alunos ocuparam 850 escolas estaduais no Paraná⁴, de acordo com o Movimento Ocupa Paraná, interrompendo as atividades e provocando

¹ Trabalho apresentado na IJ06 – Interfaces Comunicacionais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Graduando em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: paulosiqueira@ufpr.br

³ Graduando em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba. E-mail: gschqueiroz@gmail.com.

ampla reação popular. Nesse contexto, as ações de educomunicação promovidas pelo NCEP objetivaram desenvolver o protagonismo juvenil, em especial através da produção e divulgação de materiais comunicativos próprios, capazes de fazer frente à imagem por vezes deturpada pela qual o movimento era exposto nos grandes veículos de mídia. Este trabalho pretende apresentar as primeiras bases teóricas que definem a educomunicação, em particular as definidas por Ismar Soares (2011), além de relatar a aplicação e o resultado imediato da teoria em formato de oficinas.

2. NCEP: Núcleo de Comunicação e Educação Popular

O NCEP foi fundado em 2003 e reúne estudantes de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas para atividades de educomunicação e comunicação popular. O núcleo trabalha em parceria com colégios públicos da cidade e região metropolitana de Curitiba, além de movimentos sociais como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e iniciativas conjuntas dentro da UFPR, promovendo a integração entre cursos através do PMUB – Política Migratória e Universidade Brasileira.

Nas parcerias com colégios, as práticas se dão através de oficinas de educomunicação, que envolvem o entendimento, utilização prática e contextualização dos produtos comunicativos através dos multimeios. Com o MNPR, a ação é mais institucional e envolve a diagramação e edição de conteúdos jornalísticos produzidos por moradores em situação de rua, materializados no jornal ‘A Laje’.

Nas ocupações de colégios públicos, o foco foram também as ações educacionais, através de oficinas, buscando demonstrar na prática a importância da produção de comunicação popular nos ambientes de formação educacional. Para esse exercício, os membros do NCEP utilizam-se de seus conhecimentos técnicos e teóricos adquiridos em aula, como a operação de materiais técnicos, o domínio dos instrumentos de comunicação e o exercício do olhar.

3. Interfaces comunicacionais: quando a comunicação encontra a educação

Ismar Soares (2011), pioneiro nos estudos sobre educomunicação, entende que comunicação e educação estão profundamente interligadas, em um passo que a

⁴ Disponível em: <<http://ocupaparana.org/>>. Acesso em 18 de abril de 2018.

educação só existe enquanto ação comunicativa e que todo tipo de comunicação é uma ação educativa. A educomunicação é uma área dentro da comunicação que sustenta que os meios de comunicação são um canal para a educação, um eixo do processo educativo (SOARES, 2000, p. 20).

O campo dessa relação educação-comunicação se constitui também do uso dos meios enquanto tecnologia e ferramenta no processo de educação, inseridos em um contexto de emergência cultural dessa intersecção. A educomunicação é, portanto, um diálogo em construção sobre o papel comunicativo da educação e o caráter educativo já presente na comunicação. “Em outras palavras, os campos da comunicação e da educação, simultaneamente e cada um a seu modo, educam e comunicam” (SOARES, 2011, p. 10).

Nesse contexto, a questão da relação entre o ensino, a juventude e o mundo da comunicação encontra-se no centro deste processo formativo, por natureza transformador, bem como no centro dos sonhos dele decorrentes, entre os quais o pleno acesso das novas gerações ao mundo da comunicação e de suas tecnologias, colocado a serviço do bem comum e da prática da cidadania (SOARES, 2011, p. 9).

É verdade que, no campo teórico, o conceito de educomunicação é questionado enquanto campo, paradigma, abordagem ou interface comunicacional. De qualquer forma, é consenso que as ferramentas utilizadas na práxis, propostas por Soares (2002), quando aplicadas em ambientes comunicativos, promovem a emancipação e o protagonismo comunitário em ambientes midiáticos. São elas: a) a educação para a comunicação; b) a mediação tecnológica; c) a gestão comunicativa; d) a reflexão epistemológica. Esta relação se produz em um contínuo de estudo de produtor e receptor da mensagem, de apropriação das ferramentas de mídia, de planejamento e execução de ações e da reflexão acadêmica em si acerca do próprio conceito.

A educação para a comunicação propõe uma reflexão crítica sobre quem produz e quem recebe a mensagem, além de desvelar o processo de produção midiática. É o estudo sobre os próprios produtos de comunicação já existentes. Antes de se apropriar da ferramenta, se entende o processo comunicacional. Aqui, é comum a análise de produções midiáticas já existentes sobre o tema a ser trabalhado. A exemplo da experiência nas escolas, em que antes da aplicação prática das atividades sugeridas, os alunos analisaram as reportagens de jornais locais sobre as ocupações nas escolas. Neste

momento, se provoca a compreensão também das fontes de informação. Em um contínuo de fluxos comunicativos em que “tudo chega sem que seja preciso partir” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 299), a educação para a comunicação propõe um novo olhar: o que chega sobre a escola, sobre a comunidade, sobre minha cidade é o que eu vejo na rua? É uma ferramenta poderosa que inicia a percepção sobre a distância entre o receptor e o sistema de meios controlado, em grande parte, pela iniciativa privada.

A mediação tecnológica permite a apropriação técnica dos instrumentos midiáticos para a posterior produção de narrativas próprias. É, em si, o uso das tecnologias da informação e da educação. É comum perceber que a cultura escolar se reserva quanto às tentativas de aproximação tecnológica em suas dependências. Quando há aproximação, a tecnologia é vista como acessório. As escolas costumam observar nas mídias uma possibilidade de tornar o ensino menos entediante. Para Martín-Barbero (2004), esta estrutura escolar segue formato tão linear que preconiza um descompasso entre educação e comunicação, uma vez que o rendimento escolar é medido por “quantidades de pacotes aprendidos” (MARTÍN-BARBERO, 2004, 340). Nesta relação, a comunicação fica

“quase sempre reduzida a sua dimensão instrumental, quer dizer, ao uso das mídias, e assim se deixa de fora o debate justamente aquilo que seria estratégico pensar: a inserção da educação nos complexos processos de comunicação da sociedade atual ou, dito de outra forma, no ecossistema comunicativo que constitui o entorno educacional difuso e descentrado em que estamos imersos” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 340).

É por isso que a mediação tecnológica no processo educomunicativo está inserida em um contexto maior, que promove uma compreensão do que essa mediação pode promover socialmente (MARTÍN-BARBERO, 2004). Enquanto a atitude defensiva da escola parece negar a existência desta tecnologia e até proibir o uso de celular em sala de aula, a mediação tecnológica percorre o caminho inverso: a formação para o uso social das ferramentas que os interlocutores têm à mão. Durante as oficinas promovidas nas ocupações, ainda que os membros do NCEP tenham levado máquinas fotográficas para produção de vídeos, foi comum observar que os alunos também utilizavam os próprios celulares.

Por sua vez, a gestão comunicativa designa o planejamento, execução e avaliação das atividades. O objetivo é promover ecossistemas orgânicos e

comunicativos, apropriados pelos participantes. É a prática em si da gestão partilhada e da construção conjunta do ambiente escolar por meio da educomunicação (SOARES, 2002). Fica claro que o processo cria uma cultura assertiva de planejamento e execução, desenvolvida em outros âmbitos da vida dos adolescentes. Durante as atividades posteriormente relatadas, os jovens de uma das escolas coordenavam, através de aplicativos no celular, como seria a divulgação conjunta do material produzido, junto com outras escolas ocupadas ao redor.

Por fim, a reflexão epistemológica permite a manutenção e o estudo sistêmico da própria educomunicação. É o processo de compreensão da inter-relação entre a educação e a comunicação. É a reflexão acadêmica que permite o desenvolvimento e a perenidade da educomunicação enquanto campo (SOARES, 2000).

A partir desta metodologia, percebemos que

“A educomunicação é a prática social que se constitui de múltiplas ações na interface comunicação/educação e que pretende, entre outras coisas, criar ecossistemas comunicativos nos espaços educativos formais, não formais e informais com intuito de melhorar/qualificar a ação comunicativa e o processo de ensino-aprendizagem nesses ambientes”. (NARDES; CONSANI 2017, p.1).

Ainda para os autores, a educomunicação é um processo que, de um lado, problematiza os meios analógicos a partir da ressignificação de seu uso e de outro, utiliza a internet como veículo de divulgação do trabalho. É nas redes que o jovem se reconhece em sua busca constante por autonomia e visibilidade, conceitos que só fazem sentido na existência do empoderamento, do “poder fazer”. A internet e as redes possuem um papel informativo e construtivo. Elas auxiliam de maneira significativa, se não fundamental, no processo de organização e distribuição das narrativas. Sakamoto (2013) afirma que quando alguém atua através de redes digitais, não está apenas reportando; está inventando, articulando, mudando.

Esta relação é capaz de promover, inclusive, novas formas de se fazer política, ao possibilitar diferentes caminhos de participação social e transparência. Foi através da formação de redes online que os alunos ocupantes organizaram os protestos e divulgaram os materiais produzidos. Nos próximos capítulos veremos como que, produzindo informação - por vezes em tempo real - suas postagens serviram, inclusive, fonte para a grande mídia, que se viu perdida em meio a um cenário que foge ao seu esquema habitual de pautas e coberturas.

Considera-se, assim, a educomunicação como prática educativa do processo de produção de uma comunicação comunitária. A comunicação popular é uma prática social, tendo em vista seu desejo por construir uma relação horizontal de busca pela cidadania (MIANI, 2011). “A vocação da educomunicação é oferecer uma alternativa/possibilidade pela qual excluídos/marginalizados possam, nos espaços educativos em geral, elaborar suas narrativas e ampliar vozes sobre a questão social” (NARDES, CONSANI, 2017, p. 2017). Na sequência, contextualizamos o espaço-tempo que provocou a aplicação destas oficinas para, por fim, desvelar como a práxis educacional gerou transformação no ambiente escolar.

4. O gatilho das ocupações

Em outubro de 2016 o Brasil vivia o contexto do pós-impeachment de Dilma Rousseff. A posse de Michel Temer trouxe ao debate público a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 – que visava estabelecer um teto de gastos públicos num período determinado para recuperação do país. Junto desta, a chamada “Reforma do Ensino Médio” também entrou em tramitação no legislativo – inserida no mesmo por meio do recurso da Medida Provisória (746). As reações populares dentro da área da educação foram imediatas e iniciou-se um processo de ocupação em diversos colégios públicos no Brasil – com início e maior volume no estado do Paraná.

Comum a todas as ocupações foi o perfil do manifestante: jovens e adolescentes em idade escolar, indispostos com as novas medidas do governo. Articulados em rede, o movimento criou uma resistência às reformas propostas dentro do ambiente escolar. A mídia tradicional, majoritariamente impedida pelos próprios manifestantes de entrar nas escolas ocupadas, tratou o tema de forma generalista. Manifestações contrárias davam conta de acusar os alunos ocupantes de “baderneiros”, “vagabundos” e acusando seu desejo de não estudar.

Neste cenário, o movimento buscou grupos que pudessem oferecer oficinas não tradicionais, a fim de manter os alunos engajados e estudando, mesmo em meio à situação de ocupação. A proposta era, também, política: aproveitar possíveis conteúdos alternativos para a evolução do próprio movimento. O NCEP foi chamado por algumas escolas e realizou oficinas de educomunicação em 3 delas. O núcleo teve a intenção de

promover, promover, por meio dos veículos de comunicação, outras narrativas sobre a situação, que incentivassem a autonomia do próprio manifestante. Percebendo autonomia como “capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2012, p. 172), a proposta educacional parecia estar adequada ao desejo dos manifestantes.

Um artigo publicado no jornal paranaense *Gazeta do Povo* gerou particular revolta e sintetizou o desejo dos ocupantes de produzir um novo tipo de material comunicativo. Intitulado “6 fatos que os alunos das ocupações não sabem”⁵, a redação rebatia afirmações de alguns manifestantes e legitimava a falta de conhecimento dos participantes.

Como relatado a seguir, havia uma grande angústia por parte dos participantes em mostrar que o movimento “não era uma baderna” e que eles “sabiam o que era a MP”. A oficina provida pelo NCEP, em essência, promoveu um olhar crítico sobre os produtos midiáticos sobre o tema e formou os jovens ao uso das ferramentas de comunicação, permitindo que eles “falassem aquilo que gostariam de falar”.

5. Relatos

O NCEP foi convidado a ações em três escolas de Ensino Fundamental e Médio na região metropolitana de Curitiba: Colégio Estadual Líria Nicheleto e Colégio Estadual Anita Canet (Fazenda Rio Grande-PR); e Colégio Estadual Humberto Castelo Branco (Pinhais-PR). Em um primeiro momento, os membros do núcleo foram até as ocupações para discussão e apresentação da proposta. O que se viu, desde o início, foi uma planejada segurança nos espaços dos colégios - no Líria, os alunos anotavam os nomes e numeração dos documentos de cada pessoa que ingressava no local.

Os estudantes aceitaram a proposta da oficina nos dois colégios, já adiantando que o principal ponto em comum era o anseio por uma melhor forma de contar a história do que se passava naquele momento; explicar de fato o “porquê” e o “como” das ocupações.

⁵ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/6-fatos-que-os-estudantes-das-ocupacoes-nao-sabem-ezs9mfd4wq6k5lmhxt5cq913k>

5.1. Colégio Estadual Líria Nicheleto

No Colégio Estadual Líria Nicheleto, havia lideranças claras e as idades do público-alvo da oficina eram variadas, ainda que a maioria estivesse no Ensino Médio. Na primeira parte, foi organizada uma roda de conversa sobre a PEC 241, a MP 746 e questões gerais da educação no Brasil num panorama recente. Muitos apresentaram suas ideias e conhecimento do tema. O segundo momento foi o de apresentar a proposta do NCEP. De modo a estimular uma leitura crítica da mídia, questionou-se a representação do movimento, dos estudantes, do bairro e do colégio nos veículos tradicionais. Os alunos responderam de acordo com sua recepção, demonstrando insatisfação com uma visão unilateral desses veículos (que guiava o pensamento dos pais e vizinhos) sobre a ocupação e a luta em defesa da educação da qual os alunos faziam parte. Nesse movimento, mostra-se o caráter de uma educação para a comunicação da atividade proposta, ao passo que se caracteriza por “implementar procedimentos voltados para a apropriação dos meios e das linguagens da comunicação por parte das crianças e jovens.” (SOARES, 2000, p. 22).

Por fim, a parte prática se deu numa divisão de dois grupos para a produção de vídeos, que tivessem a linguagem deles sobre o movimento deles. Um dos grupos fez um vídeo de tom mais artístico, pensando uma trilha de fundo enquanto a imagem mostrava os alunos se levantando de seus lugares na sala de aula e escrevendo no quadro informações sobre a PEC e a reforma do ensino médio, culminando numa frase de efeito sobre a ocupação⁶.

O outro grupo fez um vídeo mais direto e explicativo, no qual foram feitas imagens sobre o dia-a-dia e o funcionamento da ocupação – como a organização da cozinha, da segurança e as salas que serviam de dormitório e separavam os meninos das meninas⁷.

Os alunos alegaram constante sentimento de medo e ameaça, em função daqueles que não entendiam sua mobilização. Eles passaram uma imagem de luta e suas visões manifestavam convicção dos atos – nunca dando indícios de utilizar da violência ou ignorância para conseguir o que queriam. O diálogo e a ajuda de universitários e professores eram as ferramentas para tentar externar a causa pela qual lutavam – além

⁶ O vídeo está disponível em uma conta particular do Youtube, para disposição neste trabalho. Disponível em: <https://youtu.be/GDLBVI2dvaE>.

⁷ O vídeo está disponível em uma conta particular do Youtube, para disposição neste trabalho. Disponível em: <https://youtu.be/Y2qfHoIdvZs>.

de uma integração entre colégios, ocupados que acontecia diariamente durante a curta duração das ocupações.

5.2. Colégio Estadual Humberto Alencar Castelo Branco

A experiência no Colégio Estadual Humberto Alencar Castelo Branco foi parecida com a do Líria. Iniciou-se com rodas de conversa sobre a MP e a PEC. Os alunos apresentaram o espaço e a organização. Em especial, chamou a atenção uma lista de regras que havia em cada uma das salas (para o dormitório, por exemplo, incluíam “escovar os dentes” e “tomar banho antes de dormir”). A segurança era feita pelos alunos maiores de 18 anos, que se revezavam em turnos. Poucos tinham autorização para entrar na cozinha e as refeições eram servidas em horários regulares. Em um momento do dia, houve uma breve assembleia para discutir a continuidade ou não da ocupação.

Após a conversa inicial, grupos se dividiram para a produção dos vídeos. De maneira criativa, um dos grupos criou uma resposta ao artigo da Gazeta do povo, produzindo um vídeo onde falavam sobre as “6 coisas que os alunos da ocupação sabem”. Aconteceu o processo educacional. Provocados pelo estudo dos meios e formados ao uso das ferramentas, planejaram o roteiro e a divulgação do vídeo e prontamente iniciaram a produção. Coube aos facilitadores apenas acompanhar a produção.

Este vídeo teve uma expressão maior nas redes sociais e foi divulgado internamente na rede de contatos entre os alunos⁸. Segundo Ismar Soares,

"a aprendizagem se dá na medida em que o indivíduo sente-se tocado, envolvido, conectado. Desta maneira, o ambiente mediado por tecnologias pode ajudar a produzir sentidos, convertendo-se em mediação. É o sentido que provoca a aprendizagem, não a tecnologia".
(2002, p. 20)

No caso do Colégio Castelo Branco, o vídeo foi produzido por auto-filmagem por um dos alunos, em que caminhava com a câmera em mãos, enquanto passava de espaço em espaço mostrando as regras e conversando com as pessoas sobre o movimento. Essa

⁸ O vídeo está disponível na página do Facebook da ocupação do Castelo Branco e atingiu até o fechamento deste trabalho, 7,9 mil visualizações e 158 compartilhamentos – número expressivo para a capacidade de orgânica de divulgação do movimento. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupacastelo/videos/342484319432022/>.

escolha no modo de operar a câmera, vai de encontro com a proposta mais aproximativa e dialógica do vídeo-resposta produzido. Devido ao tempo, a edição foi realizada por membros do NCEP, ainda que orientada pelos ocupantes, e a divulgação aconteceu na página do movimento.

5.3. Colégio Estadual Anita Canet

No Colégio Estadual Anita Canet os membros do NCEP observaram uma diferença significativa: apesar de um maior número de alunos dentro da ocupação, o índice de engajamento era menor. Observou-se que alguns estudantes estavam realmente mobilizados, esforçando-se para que os colegas - que estavam ali no horário de aula - se interessassem pela luta que estavam propondo.

A oficina em si se deu numa sala, o que inicialmente fez com que os alunos reagissem como a uma aula convencional. A solução foi sentar todos em roda, intercalando-se aos alunos, para promover um debate mais democrático. Frente às perguntas de “Como está o movimento?” ou “Por quê ocuparam?”, as respostas vieram de um grupo mais restrito, de 3 ou 4 estudantes.

Na parte prática da oficina, foram divididos também dois grupos. Um grupo mais engajado filmou algumas salas e explicou a ocupação e seus motivos. O outro grupo filmou internamente algumas salas, utilizadas como quartos ou ambientes de reunião. O material produzido por ambos foi reunido em um único vídeo.⁹

Desde o início da oficina, os alunos manifestavam o cansaço sobre a imagem externa das ocupações, já que os próprios pais, adultos e a mídia em geral tratavam o movimento com desdém. Como sustenta Soares com o conceito de gestão comunicativa, a educomunicação “supõe uma teoria da ação comunicativa que privilegie o conceito de comunicação dialógica; (...) uma política de uso dos recursos da informação de acordo com os interesses dos pólos envolvidos no processo de comunicação.” (2002, p. 24-25). Portanto, os adolescentes buscaram na possibilidade de gravar vídeos uma forma de contar sua história e a história do seu movimento de acordo com sua própria visão, não mais somente como consumidores, mas como produtores da mensagem.

Com a posterior edição, os materiais circularam entre os alunos através das redes sociais, e serviram de prova da organização e seriedade daquela manifestação. Os

⁹ O vídeo está disponível em uma conta particular do Youtube, para disposição neste trabalho. Disponível em: https://youtu.be/b1wf4-ziA_o

estudantes demonstravam esforços nítidos para mobilizar os seus pares, mostrando o que acreditavam serem os objetivos reais, no âmbito da educação pública, que aquelas reformas pretendiam.

6. Conclusão

As oficinas promovidas pelo NCEP foram pontuais. A dinâmica do movimento não permitia uma construção contínua de um cronograma formativo. Ao fim das atividades, os vídeos foram editados de acordo com o pedido dos jovens. O material foi entregue às lideranças do movimento, que compartilhou diretamente em suas redes sociais. Aos poucos, se percebeu que as oficinas tinham uma função-última que não somente a divulgação de um novo olhar sobre o movimento.

Na experiência, se identificou que, para os participantes, a prática é tão importante quanto o produto. Para se produzir os vídeos, os alunos discutiram a MP e a PEC, discutiram o próprio sistema de organização, reorganizaram pautas, discutiram a melhor maneira (e mais criativa) de contar aquela história e ainda tiveram a oportunidade de utilizar câmeras, gravadores e outros materiais. Aqui, se pratica a educomunicação: utilizar um veículo de comunicação, neste caso a produção multimídia, para pensar a própria realidade.

Castells afirma que em manifestações e movimentos sociais que geram ocupação e formação de redes, “o processo é a mensagem” (2012, p. 147). Característica marcante de uma comunidade jovem excluída dos processos decisórios e indignada por não ter suas vozes escutadas. A educomunicação conduz aprendizagens tanto no processo quanto no resultado. “Embora sejam tempos distintos da educomunicação, processo e resultados são indissociáveis e igualmente fundamentais” (NARDES, 2018, p.15).

A educomunicação vai além da produção técnica, uma vez que ela se propõe a criar agentes transformadores. No contexto juvenil, a comunicação enquanto ferramenta de emancipação facilita o protagonismo. Apesar de não ter sido a primeira experiência em ambiente escolar do NCEP, este caso específico foi uma das primeiras oportunidades de aplicar oficinas de curta duração. O resultado mostra que existe uma carência dentro das escolas públicas de modelos de comunicação capazes de aplicar usos criativos dos multimeios. Isto porque uma pequena intervenção de apenas um dia gerou reações de estranhamento e impacto processual. É exemplo um dos jovens que não estava se envolvendo com a atividade aplicada no Colégio Castelo Branco, que mudou

completamente a postura ao manusear a câmera e ao ser permitido usar o próprio celular para realizar pesquisas e gravar vídeos. No final da oficina, confessou a um dos facilitadores: “acho que agora quero entrar na faculdade”.

A intenção de intervenções como esta é reduzir o abismo ou, como chama Martín-Barbero, a “esquizofrenia entre o modelo de comunicação que configura uma sociedade progressiva organizada sobre a informação e o modelo hegemônico de comunicação que subjaz o sistema educativo” (2004, p.341). De qualquer forma, reconhecemos que a questão não está fechada, mas a prática oferece indicativos de que: enquanto processo, a educomunicação atinge o objetivo de promover uma reflexão sobre o próprio agir comunitário, sobre os veículos de comunicação, sobre si mesmo enquanto ser político e sobre o tema proposto. Também desmistifica as tecnologias, ao usá-las ao favor do processo educativo. É ainda claro que permite a aproximação entre os participantes e a preocupação de diminuir a distância entre o que se aprende e a realidade. Mais do que um produto bem produzido e editado, as oficinas desvelam uma nova proposta comunicacional, ainda em desenvolvimento. Relatar estas experiências faz parte do processo de reflexão epistemológica e divulgação da própria ação.

7. Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo - Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

MIANI, Rozinaldo. **Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v. 2, n. 25, p. 221-233, dez. 2011.

NARDES, Wellington; CONSANI, Marciel. **As narrativas da questão social no ciberespaço: uma reflexão sobre a prática educacional**. X Simpósio Nacional da ABCiber Conectividade, Híbridação e Ecologia das Redes Digitais. 14 a 16 de Dezembro de 2017 – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

NARDES, Wellington. **As narrativas sobre a questão social: uma reflexão sobre a prática educacional**. Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Gestão de Políticas, Projetos e Programas Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Escola de Educação e Humanidades. 2018.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In MARICATO, Ermínia ... [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: um campo de mediações. Comunicação & Educação. São Paulo. n. 19. p. 12 a 25. set/dez 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36934/39656>. Acesso em: 06 de outubro de 2017.

_____. **Gestão Comunicativa e Educação**: Caminhos da Educomunicação. Comunicação & Educação. São Paulo. n 23. p. 16 a 25. jan/abr 2002. Disponível em: coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufg/file.php/1/Biblioteca_do_curso/Educomunicacao.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2018.

_____. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.